

FATORES QUE INFLUENCIAM AS ATITUDES DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO FÍSICA FRENTE À INCLUSÃO DE PESSOAS DEFICIENTES EM ATIVIDADES FÍSICAS EM CIDADES DA ZONA DA MATA MINEIRA

Priscilla da Costa Gonzaga Candido¹

Matheus Barçante de Souza¹

Géssica de Souza Oliveira¹

Sérvulo Francklin de Oliveira²

Michelle Bacelar Moreira³

Deyliane Aparecida de Almeida Pereira⁴

deyliane.pereira@gmail.com

ÁREA DE CONHECIMENTO: Ciências da Saúde

RESUMO:

O presente estudo teve como objetivo analisar e identificar os fatores que influenciam as atitudes de profissionais da Educação Física frente à inclusão de pessoas deficientes em atividades físicas. O fornecimento dos dados para a comparação dos mesmos teve como fonte a aplicação de um questionário para obtenção dos dados pessoais e o questionário PEATID III referente às atitudes dos profissionais da área da Educação Física de diferentes cidades, localizadas na Zona da Mata Mineira, frente à prática de atividades físicas para deficientes visuais, intelectuais, auditivos e físicos. É um estudo de caráter quantitativo descritivo realizado com uma amostra de 22 profissionais sendo 12 do sexo feminino e 10 do sexo masculino. A presente pesquisa demonstra que indivíduos do sexo feminino possuem mais dificuldade no trabalho de práticas corporais com pessoas deficientes, cerca de 70% dos participantes não possuem formação necessária para lidar com esse tipo de experiência, porém a convivência direta ou familiar com deficientes traz atitudes positivas em relação à inclusão em suas aulas.

PALAVRAS-CHAVE: Deficiência, Atividade física, Formação.

INTRODUÇÃO:

¹ Acadêmicos do curso de Educação Física da Univértix – Matipó.

² Graduação em Educação Física pela UFV. Mestre em Meio Ambiente e Sustentabilidade pela UNEC. Professor da Faculdade Vértice – UNIVÉRTIX – Matipó

³ Licenciada e bacharel em Educação Física/ UNEC. Mestre em Meio ambiente e Sustentabilidade - UNEC. Professor da Faculdade Vértice – UNIVÉRTIX – Matipó

⁴ Licenciada e Bacharel em Educação Física - UFV. Mestre em Educação Física UFV. Doutoranda em Ciência da Nutrição – UFV. Professora da Faculdade Vértice – UNIVÉRTIX – Matipó

Algumas variáveis podem interferir diretamente nas atitudes dos profissionais de Educação Física para inclusão de deficientes em suas atividades físicas, como nos afirmam Marmeleira *et al* (2017). Entre elas vale ressaltar a formação destes, o tempo de formação, se cursaram disciplinas referentes a inclusão, ou mesmo curso voltado para essa área, por meio da formação continuada; se possuem experiência na atuação com os diversos tipos de deficiência ou acompanharam alguma pessoa deficiente em suas atividades.

Entretanto, as pessoas com deficiência, depois de inúmeras lutas, têm cada vez mais buscando seus espaços na sociedade, conforme nos afirma Diniz (2007) em seu livro “O que é deficiência”. Assim sendo, profissionais de todas as áreas se veem diante do desafio na prática da atividade física por pessoas que apresentam algum tipo de deficiência. Na área da Educação Física, por sua vez, essa temática da inclusão fica mais evidente, já que lida com práticas corporais de movimento, permitindo interagir, desenvolver e beneficiar o deficiente independente de sua dificuldade quer seja motora, visual, intelectual ou auditiva, representando um desafio particular para esses profissionais.

Marmeleira *et al*. (2017), destacam ainda que pessoas deficientes tendem a ter um estilo de vida menos saudável e que praticam bem menos atividades físicas em relação à pessoas não deficientes. Ademais, há barreiras pessoais e ambientais que contribuem para isso, dentre elas a falta de orientação específica de um profissional na área da Educação Física.

Segundo Corazza *et al* (2016), é necessário um profissional especializado na área da inclusão de deficientes na atividade física, para que possa atuar com essa população, dentre eles destaca se o educador físico. Contudo, esses profissionais necessitam de uma formação continuada, para que possam oferecer um bom trabalho principalmente através de três elementos básicos: qualidade em sua formação, condições de trabalho adequadas, e avaliação/gestão que favoreçam o seu trabalho (BAZON *et al*, 2018).

A formação dos profissionais de Educação Física só obteve mudança relativa à inclusão de pessoas deficientes e acrescentou conhecimentos específicos sobre este tema a partir do início dos anos 80, até o momento, somente terapeutas ocupacionais e fisioterapeutas, tinham permissão exclusiva para trabalhar com esta parte da população (GREGUOL, MALAGODI e CARRARO, 2018).

Embora os profissionais de Educação Física tenham boa aceitação e reconheçam os benefícios da prática de atividades físicas em deficientes; a falta de experiência e conhecimento, materiais adequados, espaço físico e acesso a laudos ou informações mais detalhadas a respeito da deficiência da qual irá atender, são dificuldades pessoais encontradas para que estes profissionais possam desenvolver atitudes positivas em relação à inclusão de pessoas deficientes nesta área (GREGUOL, MALAGODI e CARRARO, 2018).

De acordo com Rocha et. al (2018), a prática de atividades físicas melhora o desempenho das atividades diárias e promove bem-estar social e físico reduzindo assim a incidência de complicações clínicas em pessoas deficientes, promove melhor mobilidade articular, controle de peso corporal, perfil lipídico, força muscular, tolerância à insulina, dentre outros benefícios.

De acordo com Seron, Arruda e Greguol (2015) a prática de atividades físicas por pessoas deficientes não é importante somente para a manutenção da independência funcional ou mesmo a melhoria na qualidade de vida, mas um fator essencial para a redução de gastos com a saúde pública. Pouco se sabe sobre quais fatores que dificultam e influenciam os profissionais na atuação de atividades físicas por pessoas deficientes, descobri-los, poderia fornecer dados importantes para o desenvolvimento de intervenções com uma maior chance na obtenção de sucesso.

Nos últimos anos estudos têm focado na inclusão de deficientes e a prática da atividade física pelos mesmos, abrangendo, porém, em sua grande maioria, exclusivamente a área escolar. Entre as contribuições desta pesquisa enfatiza-se a análise das atitudes dos profissionais frente a inclusão de pessoas deficientes, para atividades físicas em geral, tendo como foco não somente na área escolar. Essa análise terá como respostas atitudes positivas ou não, e quais fatores poderiam interferir nestas atitudes.

Desta forma, percebe-se uma necessidade de realizar estudos que possam identificar as atitudes dos educadores físicos em relação à deficiência e o seu envolvimento relativo a práticas corporais. Silva *et al* (2010) afirmam que, a prática de atividades físicas regularmente traz melhorias a saúde física, psicológica e social, imprescindíveis para uma boa qualidade de vida.

De fato, a inclusão de um modo geral, dos deficientes nas práticas corporais pode ser observada por definições contrastantes envolvendo multiplicidade em seus

conceitos, que vão desde técnicas utilizadas até a sua própria valorização existencial (SANTOS E FREITAS, 2018). Desta forma, nota-se a existência de vários estudos a respeito da inclusão de pessoas deficientes em atividades físicas gerenciadas por profissionais da área, porém, pouco se nota sobre estudos focados em relacionar as atitudes destes profissionais baseado em seu histórico de convivência, formação e conhecimento a respeito do assunto.

Deste modo, salientam-se descobrir, quais fatores podem influenciar as atitudes dos educadores físicos frente à inclusão de deficientes na prática de atividades físicas? Contudo, este estudo tem por objetivo geral verificar se atitudes de inclusão dos profissionais da área da Educação Física são positivas e identificar os fatores que influenciam as mesmas frente a inclusão de pessoas deficientes em atividades físicas.

Estudos como este são importantes, pois ao reconhecer o que influencia as atitudes, positivas ou não, pode-se intervir contribuindo para a inclusão de deficientes na prática de atividades físicas, criando profissionais mais qualificados que estejam aptos a trabalhar na promoção da saúde, da população em geral, ou mesmo, despertar interesse na área de adaptação à prática corporal no processo da inclusão.

REFERENCIAL TEÓRICO:

Moura, Andreico, Paganotto e Passoni, *et al* (2012), enfatizam que as deficiências são insuficiências nas funções ou mesmo na parte estrutural do corpo, que gera algum tipo de anormalidade, desvio ou a perda do estado biomédico normal (considerado padrão) das funções do corpo, estáveis, intermitentes ou contínuas, regressivas ou progressivas, temporárias ou permanentes, porém não indicam necessariamente a presença de doenças.

Machado, Palma, Manta e Lenhar (2015) destacam que a atividade física é o movimento corporal produzido através da musculatura esquelética, que exige um gasto energético que esteja acima do nível de repouso, podendo ser nas categorias: de trabalho, de lazer, ocupacional, esportiva, dentre outras, como por exemplo exercícios físicos, danças, deslocamentos, esportes variados dentre outros.

Segundo Rocha *et al* (2018), a atividade física em deficientes, traz inúmeros benefícios como a melhora do desempenho em suas atividades diárias, a promoção

da saúde dos mesmos através do com o bem-estar físico e/ou social, e reduz a probabilidade da incidência de futuras complicações clínicas.

Para Soares e Assis, a presença corpórea e as formas de movimento são os fatores que caracterizam a existência humana, bem como agir, pensar, conviver e sentir. Assim, o indivíduo edifica sua identidade corporal através de sensações de suas vivências. Destacam também que a cultura de um povo influencia diretamente na forma em as pessoas aceitam a deficiência do próximo, ou mesmo, mesmo de seu próprio corpo.

Para Fornaciari e Moraes (2016) a prática de atividades físicas como, por exemplo, a dança, o esporte adaptado e a ginástica transformados/desenvolvidos as necessidades do indivíduo com algum tipo de deficiência traz autonomia, independência, e previne doenças, promove benefícios, cognitivos, afetivos e motores.

Corazza *et al* (2016) em sua pesquisa destacaram o quanto as atividades e os exercícios físicos podem melhorar a capacidade de propriocepção e o equilíbrio em deficientes visuais, também afirmam a eficácia dessa prática por deficientes, principalmente através da possibilidade da inclusão às práticas corporais, contribuindo com a sua qualidade de vida, saúde, autonomia, liberdade e sociabilidade. Portanto, há necessidade da aplicação de conhecimentos neste sentido por profissionais da área, com serviços e sistemas de saúde que possam atuar na inclusão.

Sobre as barreiras que impedem os deficientes na prática da atividade física, sabe-se que a principal dificuldade para a prática corporal é a sua falta de autonomia, e que dentre as barreiras apontadas por elas, a que mais se destaca é, a necessidade de ajuda de alguém que esteja apto para o auxílio nessas atividades físicas. Ademais, profissionais qualificados fazem uma diferença significativa, pois a falta de orientação atrapalha a adesão da atividade física, já a prática de forma correta das suas atividades, gera confiança e melhora o seu desempenho em geral. (MARMELEIRA *et al*, 2017).

Para Nogueira *et al*. (2016) a deficiência está diretamente ligada ao impedimento sensorial, mental, intelectual físico, tendo como resultado certas limitações nas realizações de atividades básicas em sua vida, mesmo que consideradas simples. Entretanto, ainda é difícil e desafiador lidar com a deficiência. No tratamento de cada deficiente, o foco deve ser a sua individualidade

e suas necessidades, deve se ter a consciência de que toda história de vida é única, e que, o ambiente onde vive e suas condições serão fatores determinantes em suas limitações e aprendizados.

Ademais, é através do reconhecimento dos principais motivos que levam cada pessoa a buscar e se manter na prática corporal, que é possível criar o direcionamento e ampliar qualidade do serviço oferecido, com um melhor o desenvolvimento de atividades às pessoas deficientes, tornando-as mais significativas e valorizadas, podendo assim favorecer para a adesão dessas práticas e incentivando a permanência nas atividades desenvolvidas, tendo em vista a qualidade de vida de pessoas deficientes de um modo geral (PALMA *et al.*, 2017)

Aguiar, Pereira e Bauman (2017), destacam em seu estudo a importância de um cuidador e/ou um profissional da saúde, tal como o educador físico, aderir em seu trabalho novas formas de abordagem, desde que, se apresente benéficas a qualidade de vida dos deficientes e possam gerar interesses de ambas as partes para que os resultados e objetivos possam ser desenvolvidos e alcançados.

Tendo em vista que a prática regular de atividades físicas é de suma importância para a melhoria da saúde e da qualidade de vida, o profissional da Educação Física se torna um membro responsável pelo bem estar dos clientes e/ou alunos na inclusão das práticas corporais por deficiente, pois pode oferecer a este, ações em esporte, ginástica, dança dentre outras atividades ao trabalhar adaptando e reinventando a promoção da saúde através dos meios cabíveis para públicos diferenciados contribuindo para o fortalecimento da inclusão (FORNACIARI e MORAES, 2016)

METODOLOGIA

Esta pesquisa tem como característica de caráter quantitativo, isto é, busca quantificar numericamente, sendo os resultados obtidos na presente pesquisa, traduzidos também em opiniões e informações visando classificá-las e analisá-las (PRODANOV e FREITAS, 2013).

Para a realização deste estudo, foram selecionados 22 profissionais de Educação Física que atuam em instituições escolares, também na APAE e NASF, além de uma Instituição Particular de Ensino Superior de cidades da Zona da Mata Mineira, sendo 12 do sexo feminino e 10 do sexo masculino, com idade média de 30 anos.

O instrumento utilizado para a coleta dos dados foi o questionário PEATID III (*Physical Educators Attitude Toward Teaching Individuals with disabilities III*) (FOLSOM-MEEK e RIZZO, 2002), onde cada professor respondeu individualmente a este questionário, que aborda perguntas relativas aos diferentes tipos de deficiência entre maio e agosto de 2018. Além desse instrumento, os professores também preencheram um questionário com dados pessoais referentes a idade, sexo, tempo de experiência e se já teriam realizado algum curso/disciplina referentes a Educação Física Adaptada (EFA).

Os dados coletados nesta pesquisa foram analisados por meio de estatística descritiva, para as variáveis quantitativas, através de medidas de tendência central (média e mediana); medidas de variabilidade (desvio padrão e intervalo interquartil). Para as variáveis qualitativas foram utilizadas medidas de frequência relativa. Para verificar associação entre variáveis utilizou-se a estatística inferencial, e os resultados estão apresentados em forma de tabelas e gráficos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A presente pesquisa objetivou analisar os fatores que têm influência sobre as atitudes de professores de Educação Física frente a inclusão de alunos deficientes em suas aulas regulares. As atitudes tomadas pelo professor são definitivamente os meios determinantes do sucesso ou fracasso de suas aulas, principalmente em relação à inclusão de pessoas deficientes (KAULFUSS e BORUCHOVITCH, 2016). Ademais, estas mesmas atitudes podem repercutir em todo o ambiente afetando também a comunidade envolvida e outros alunos e professores da escola.

A tabela 1 representa a caracterização dos professores referentes à cursos de formação em Educação Física Adaptada, disciplinas, experiências, e acompanhamento à pessoas deficientes.

Tabela 1: Caracterização dos professores que atuam em instituições escolares, APAE e NASF de cidades da Zona da Mata Mineira

Características	Sim (%)	Não (%)
Disciplina	35,0	65,0
Curso	30,0	70,0
Experiência em EFA	60,0	40,0
Acompanhou	61,5	38,5
Familiar com deficiência	35,0	65,0

Fonte: elaborada pelos autores.

A Formação dos professores em relação às diferenças e à capacidade de inclusão tem sido um tema de prioridade das agendas nacionais e internacionais. Ademais, o Ministério da Educação (MEC) desde 2008, proporciona aos professores em seu Portal, cursos de capacitação e um espaço de permanente formação, buscando difundir experiências educacionais, oferecendo também medidas que facilitam a troca destas experiências promovendo a importância da inclusão de pessoas com necessidades especiais na prática corporal (OLIVEIRA *et al*, 2019).

De acordo com os dados obtidos neste estudo apesar, de não estarem totalmente preparados para lidar com tal situação, cerca de 61% dos profissionais participantes da amostra demonstram ter acompanhado pessoas deficientes por algum momento em atividades físicas, o que se torna um fato preocupante pois 70% desta mesma amostra não possui um curso de capacitação para o acompanhamento correto desses indivíduos.

A figura 1, por sua vez, traz os relatos dos professores em relação à sua percepção de competência para atuar com alunos deficientes.

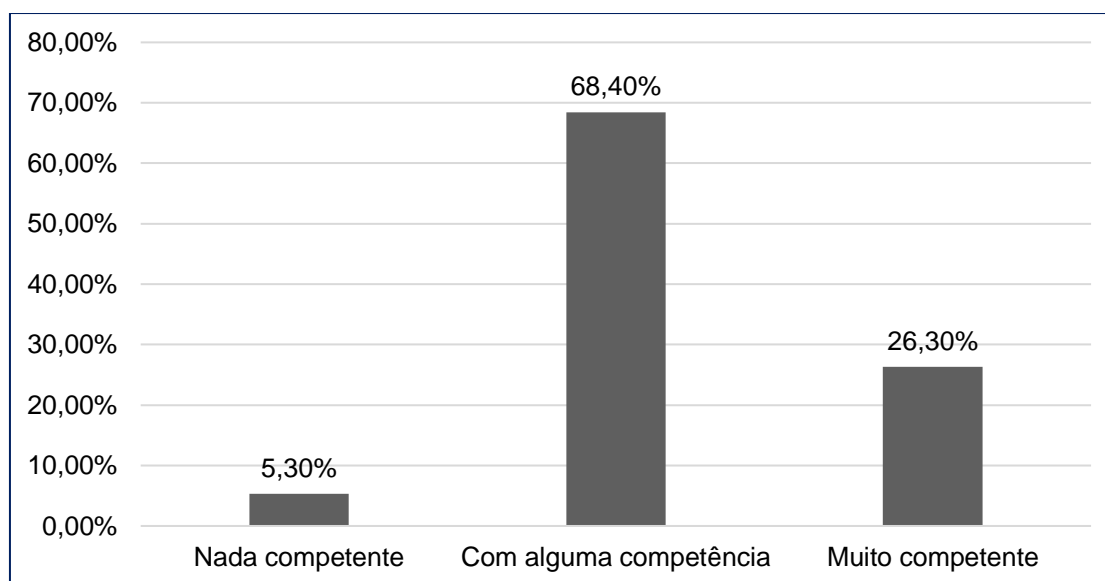


Figura 1: Autopercepção de competência, para atuar com pessoas com deficiência, de professores que atuam em instituições escolares, APAE e NASF de cidades da Zona da Mata Mineira
Fonte: elaborada pelos autores.

Percebe-se na figura 1 que a maioria da amostra considera-se com alguma competência para atuação na prática de atividades físicas com deficientes (68,40%). No entanto, 5,30% da amostra se considera nada competente.

A tabela 2 apresenta a média dos escores de atitudes, com os diferentes tipos de deficiência, pelos professores.

Tabela 2: Escores de atitudes dos professores, que atuam em instituições escolares, APAE e NASF de cidades da Zona da Mata Mineira, em relação aos diferentes tipos de deficiência.

Escores de Atitude	Média (DP)
Deficiência Motora	36,35 (1,15)
Deficiência Visual	36,50 (1,14)
Deficiência Auditiva	36,55 (1,19)
Deficiência Intelectual	36,75 (1,16)
Total	36,53 (1,14)

Fonte: elaborada pelos autores.

De acordo com a tabela 2, não há diferença significativa nas atitudes dos participantes da amostra referente as diferentes condições de deficiências. No estudo de Nogueira *et al* (2016) a deficiência motora se destaca, pois segundo o autor, de acordo com o censo 2010, cerca de 23,9% da população no Brasil, possui alguma deficiência, sendo a grande maioria do sexo feminino. O estudo destaca negativamente a realização de atividades físicas inclusivas, onde afirma que mais de 78% da amostra pesquisada não realiza nenhum tipo prática corporal orientada por um profissional da Educação Física.

A tabela 3 apresenta a média dos escores de atitudes, segundo o sexo, com os diferentes tipos de deficiência pela amostra:

Tabela 3: Escores de atitudes dos professores, que atuam em instituições escolares, APAE e NASF de cidades da Zona da Mata Mineira, segundo o sexo, em relação aos diferentes tipos de deficiência.

Atitude	Masculino	Feminino
	Média (DP)	Média (DP)
Deficiência Motora	38,00 (1,80)	35,00 (1,43)
Deficiência Visual	38,33 (1,89)	35,00 (1,30)
Deficiência Auditiva	38,78 (1,88)	34,73 (1,39)
Deficiência Intelectual	38,33 (1,93)	35,45 (1,38)
Total	38,36 (1,82)	35,05 (1,35)

Fonte: elaborada pelos autores.

Os dados da tabela 3 permitem afirmar que os participantes do sexo feminino tem maior dificuldade em suas atitudes nas atividades com alunos com deficiência auditiva quando comparados às outras deficiências, e que os indivíduos da amostra do sexo masculino não possuem diferença significativa em suas atitudes na prática das práticas corporais quando se comparam as deficiências físicas, motoras, visuais, intelectuais. Os participantes do sexo feminino também mostraram ter mais

dificuldade com todas as condições de deficiência quando comparado com atitudes dos participantes do sexo masculino.

A tabela 4 traz se os profissionais da amostra cursaram, em sua formação, a disciplina de Educação Física Adaptada (EFA), e a influência desta nas atitudes destes.

Tabela 4: Informações se o professor, que atuam em instituições escolares, APAE e NASF de cidades da Zona da Mata Mineira, cursou ou não a disciplina Educação Física Adaptada (EFA).

Disciplina EFA	Sim (%)	Não (%)
Deficiência Motora	35,86 (1,65)	36,62 (1,57)
Deficiência Visual	36,00 (1,53)	36,77 (1,60)
Deficiência Auditiva	35,86 (1,62)	36,92 (1,66)
Deficiência Intelectual	36,71 (1,61)	36,77(1,62)
Total	36,11 (1,56)	36,77 (1,58)

Fonte: elaborada pelos autores.

Oliveira *et al* (2019), destacam em sua pesquisa a grande procura dos profissionais da EF a cursos que orientam sobre a inclusão, principalmente, relativos às deficiências físicas, mentais, múltiplas e visuais, relevando que há cursos de Braille, Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e até mesmo opções de ensino e também preparo de materiais adaptados para que em suas aulas os alunos deficientes participem de forma ativa.

A tabela 5 apresenta se tais indivíduos possuem experiência na atuação em Educação Física Adaptada.

Tabela 5: Informações se o professor, que atuam em instituições escolares, APAE e NASF de cidades da Zona da Mata Mineira, se possuem experiência em EFA.

Experiência em EFA	Sim (%)	Não (%)
Deficiência Motora	36,17 (1,49)	36,63(1,93)
Deficiência Visual	36,33 (1,60)	36,75 (1,93)
Deficiência Auditiva	36,08 (1,62)	37,25 (1,69)
Deficiência Intelectual	36,25 (1,63)	37,50 (1,87)
Total	36,21 (1,56)	37,03 (1,75)

Fonte: elaborada pelos autores.

Carvalho *et al.* (2016), enfatizaram em sua pesquisa a dificuldade de profissionais da área da Educação Física relativos às pessoas deficientes, principalmente pelo fato de colocarem o sentimento sempre à frente. Destacam também que a falta de experiência com deficientes é resultado de um processo civilizatório onde a sociedade tende a manter os deficientes em espaços segregados.

Cerca de 36% dos profissionais participantes do estudo, relataram vivenciar algum tipo de experiência com pessoas em atividades físicas e práticas corporais inclusivas e 37% não tiveram nenhum tipo de experiência com pessoas deficientes.

A tabela 6 demonstra os professores que acompanharam algum indivíduo deficiente.

Tabela 6: Acompanhamento de pessoas deficientes relativos ao tipo de deficiência por professores, que atuam em instituições escolares, APAE e NASF de cidades da Zona da Mata Mineira.

Acompanhou pessoas deficientes	Sim (%)	Não (%)
Deficiência Motora	33,50 (1,32)	36,80 (3,01)
Deficiência Visual	34,12 (1,48)	37,00 (2,66)
Deficiência Auditiva	34,63 (1,79)	36,40 (2,75)
Deficiência Intelectual	34,75 (1,66)	36,20 (2,65)
Total	34,25 (1,52)	36,60 (2,73)

Fonte: elaborada pelos autores.

De acordo com os dados da tabela 6, a deficiência visual se destaca negativamente quando se compara o tipo de deficiência em que os profissionais acompanharam durante seus trabalhos, a deficiência motora foi a que menos apresentou acompanhamento destes profissionais.

CONCLUSÃO

As atitudes positivas dos participantes da amostra estão diretamente ligadas à sua experiência e convivência com pessoas deficientes, 61% já tiveram experiência com alunos ou clientes deficientes, e 65% possuem relação direta com algum familiar com necessidades especiais, não havendo diferenças significativas em suas atitudes em algum tipo específico de deficiência. Um pequeno grupo, apenas 30% já participou de algum curso de EFA ou obteve alguma formação referente à inclusão.

Apesar da não formação desses indivíduos em EFA cerca de 68% da amostra se considera com alguma competência ao lidar com esse tipo de situação. No entanto, nota-se que os participantes do sexo feminino possuem uma maior dificuldade com pessoas deficientes em suas atividades físicas.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, R. P.; PEREIRA, F. S.; BAUMAN, C. D.; Importância da prática de atividade física para as pessoas com autismo. **Journal of Health & Biological Sciences**, v. 5, n. 2, p. 178-183, 2017.

BAZON F. V. M. *et al.*; Formação De Formadores E Suas Significações Para A Educação Inclusiva. **Educação em Pesquisa**, v. 44, e176672, p. 1-19, São Paulo-SP, 2018.

CARVALHO, E. M. *et al.* Efeitos Da Canoagem Adaptada Sobre O Sistema Cardiopulmonar De Paraplégicos. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, v. 22, n.5-set/out, 2016.

CORAZZA, S. T *et al.* Benefícios do Treinamento Funcional Para o Equilíbrio e Propriocepção de Deficientes. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, Santa Maria /RS, p. 471-475, 8 set. 2016.

DINIZ, D. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

FOLSOM-MEEK, S. L.; RIZZO, T. L. Validating the Physical Educators' Attitude Toward Teaching Individuals With Disabilities III (PEATID III) Survey for Future Professionals. **Adapted Physical Activity Quarterly**, v. 19, n. 2, p. 141-154, 2002.

FORNACIARI, S. E.; MORAES, A. L. A atividade física na integração entre a universidade e a comunidade: ações extensionistas em dança, ginástica e esporte adaptado na Unicentro, Guarapuava-PR. In: **Seminário De Extensão Universitária**, Guarapuava /PR, 2016. 35° SEURS 2018

GREGUOL, M; MALAGODI, B. M.; CARRARO, A. Inclusão de Alunos com Deficiência nas Aulas de Educação Física: Atitudes de Professores nas Escolas Regulares¹. **Rev. bras. educ. espec.**, Bauru , v. 24, n. 1, p. 33-44, Mar. 2018

KAULFUSS, M. A.; BORUCHOVITCH, E. Atribuições causais de professores para o sucesso e o fracasso em ensinar. **Psicol. Esc. Educ.**, Maringá, v. 20, n. 2, p. 321-328, Aug. 2016

MACHADO R. R; PALMA L. E; MANTA S.W; LEHNHAR G. R. Um Diagnóstico Sobre A Prática De Atividades Físicas Por Pessoas Com Deficiência Visual. **Revista da Faculdade de E.F. da UNICAMP**, Campinas/SP, v. 13, n. 4, p. 33-48, 2015.

MARMELEIRA J. F. F. Barreiras para a prática de atividade física em pessoas com deficiência. **Revista Brasileira de ciências de Esportes**, v.40, n 2, p.197-204. 2018.

MOURA, A. B.; ANDREICO, A. P.; PAGANOTTO, M.; PASSONI, C. R. M. S.M. Perfil nutricional de crianças e adolescentes com deficiência intelectual. **Pediatria Moderna**, Moreira Jr. Editora, v. 48, n. 8, 2012.

NOGUEIRA G. C. et. al.; Perfil das pessoas com deficiência física e Políticas Públicas: a distância entre intenções e gestos. **Ciência & Saúde Coletiva**, Florianópolis / SC. v.21, n.10, p.3131-3142, 2016

OLIVEIRA, T. M. P. *et al.* Avaliação nutricional de crianças e adolescentes com mielomeningocele inseridos em um programa de atividade física no município de

São Paulo-SP. **Revista Brasileira de Nutrição Esportiva**, v. 13, n. 78, p. 150-158, 2019.

PALMA L. E.; Aspectos Motivacionais Para A Prática De Atividade Física Por Pessoas Com Deficiência Visual. **Revista Kinesis**, Santa Maria v.35 n.2, maio/ ago, p. 43– 49, 2017

PRODANOV C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo – RGS: Universidade Feevale, 2013.

ROCHA F. *et al.* Prescrição De Exercício Físico Para Pacientes Que Sofreram Lesão Medular: Revisão Sistemática Da Literatura Brasileira. **Revista UNILUS Ensino e Pesquisa**, Santos, São Paulo, v.15, n.40, jul. /set. 2018.

SANTOS, J. C. FREITAS, M. N. Sentidos do Trabalho para Pessoas com Deficiência Adquirida. **Psicologia & Sociedade**. São João Del Rei/ MG,p.1-11, 2018 /Minas Gerais, 2015.

SERON, B. B.; ARRUDA, G. A.; GREGUOL, M. Facilitadores e barreiras percebidas para a prática de atividade física por pessoas com deficiência motora. **Rev. Bras. Ciênc. Esporte** Porto Alegre, v. 37, n. 3, p. 214-221, Sept. 2015

SILVA, R. S. *et al.* Atividade física e qualidade de vida. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 115-120, Jan. 2010.